

**A LUDICIDADE NO APOIO AO PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM DE ALUNOS
COM TRANSTORNO DO DESENVOLVIMENTO INTELECTUAL (TDI): O ESTADO DA
QUESTÃO**

**PLAYFULNESS IN SUPPORTING THE TEACHING–LEARNING PROCESS OF
STUDENTS WITH INTELLECTUAL DEVELOPMENTAL DISORDER (IDD): THE STATE
OF THE QUESTION**

**LA LUDICIDAD EN EL APOYO AL PROCESO DE ENSEÑANZA-APRENDIZAJE DE
ESTUDIANTES CON TRASTORNO DEL DESARROLLO INTELECTUAL (TDI): ESTADO
DE LA CUESTIÓN**

 <https://doi.org/10.56238/arev8n2-100>

Data de submissão: 23/01/2026

Data de publicação: 23/02/2026

Ana Carolina Cruillas Cardoso Moreira

Mestranda em Gestão de Ensino da Educação Básica
Instituição: Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
E-mail: ana.cruillas@discente.ufma.br

Gislina de Freitas Pinheiro

Mestranda em Gestão de Ensino da Educação Básica
Instituição: Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
E-mail: pgislina@gmail.com

Tereza Cristina Silva Lopes Santos

Mestranda em Gestão de Ensino da Educação Básica
Instituição: Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
E-mail: tcsl.santos@discente.ufma.br

Wernildes de Jesus Cunha Santos

Mestranda em Gestão de Ensino da Educação Básica
Instituição: Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
E-mail: wernildes.cunha@hotmail.com

Francynara Cristina Moraes Gurgel de Oliveira Ramos

Mestranda em Gestão de Ensino da Educação Básica
Instituição: Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
E-mail: naragurgelramos@gmail.com

Rosana Kellen do Carmo de Moura

Mestranda em Gestão de Ensino da Educação Básica
Instituição: Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
E-mail: rosana.carmo@discente.ufma.br

Lívia da Conceição Costa Zaqueu
Doutora em Distúrbios do Desenvolvimento
Instituição: Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
E-mail: livia.zaqueu@ufma.br

RESUMO

Este artigo aborda as práticas pedagógicas lúdicas desenvolvidas com alunos com Transtorno do Desenvolvimento Intelectual (TDI). O objetivo é compreender, a partir do mapeamento da produção científica, como as práticas pedagógicas lúdicas vêm sendo discutidas e aplicadas no processo de ensino-aprendizagem desses alunos. A metodologia adotada caracteriza-se como uma pesquisa do tipo Estado da Questão, por meio de revisão bibliográfica realizada na base de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Foram selecionados artigos publicados entre 2019 e 2024, de produção nacional, acesso aberto e revisados por pares. Os resultados evidenciam que, embora existam avanços legais e teóricos no campo da educação inclusiva, ainda são incipientes as pesquisas que investigam de forma sistemática as práticas pedagógicas lúdicas voltadas aos alunos com TDI. Conclui-se que a ludicidade constitui uma estratégia pedagógica potente para a inclusão escolar, porém demanda maior investimento em formação docente, políticas públicas e pesquisas que fortaleçam sua efetivação no cotidiano escolar.

Palavras-chave: Transtorno do Desenvolvimento Intelectual. Inclusão. Ensino-Aprendizagem. Práticas Pedagógicas. Ludicidade.

ABSTRACT

This article addresses playful pedagogical practices developed with students with Intellectual Developmental Disorder (IDD). The objective is to understand, through the mapping of scientific production, how playful pedagogical practices have been discussed and applied in the teaching-learning process of these students. The methodology adopted is characterized as a State of the Question study, conducted through a bibliographic review of the CAPES journal database (Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel). Articles published between 2019 and 2024 were selected, consisting of national production, open access, and peer-reviewed publications. The results indicate that, although there have been legal and theoretical advances in the field of inclusive education, research that systematically investigates playful pedagogical practices aimed at students with IDD remains limited. It is concluded that playfulness constitutes a powerful pedagogical strategy for school inclusion; however, it requires greater investment in teacher training, public policies, and research to strengthen its implementation in everyday school practices.

Keywords: Intellectual Developmental Disorder. Inclusion. Teaching-Learning. Pedagogical Practices. Playfulness.

RESUMEN

Este artículo aborda las prácticas pedagógicas lúdicas desarrolladas con estudiantes con Trastorno del Desarrollo Intelectual (TDI). El objetivo es comprender, a partir del mapeo de la producción científica, cómo las prácticas pedagógicas lúdicas han sido discutidas y aplicadas en el proceso de enseñanza-aprendizaje de estos estudiantes. La metodología adoptada se caracteriza como una investigación del tipo Estado de la Cuestión, realizada a través de una revisión bibliográfica en la base de revistas de la Coordinación de Perfeccionamiento del Personal de Nivel Superior (CAPES). Se seleccionaron artículos publicados entre 2019 y 2024, de producción nacional, de acceso abierto y revisados por pares. Los resultados evidencian que, aunque existen avances legales y teóricos en el campo de la educación inclusiva, las investigaciones que analizan de manera sistemática las prácticas

pedagógicas lúdicas dirigidas a estudiantes con TDI aún son incipientes. Se concluye que la ludicidad constituye una estrategia pedagógica potente para la inclusión escolar; sin embargo, requiere mayor inversión en formación docente, políticas públicas e investigaciones que fortalezcan su implementación en la práctica cotidiana escolar.

Palabras clave: Trastorno del Desarrollo Intelectual. Inclusión. Enseñanza-Aprendizaje. Prácticas Pedagógicas. Ludicidad.

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva tem se consolidado como um princípio fundamental no campo educacional contemporâneo, especialmente no que se refere ao direito de acesso, permanência e aprendizagem de todos os estudantes no ensino regular. Nesse contexto, a escolarização de alunos com Transtorno do Desenvolvimento Intelectual (TDI) tem provocado debates, reflexões e desafios, exigindo das escolas a superação de práticas pedagógicas homogêneas e excludentes historicamente enraizadas.

Durante longos períodos, os alunos com deficiência intelectual foram submetidos a processos de segregação social e educacional, fundamentados em concepções que os associavam à incapacidade e à improdutividade. Essas visões foram reforçadas por modelos educacionais pautados na normalização e na padronização do ensino, que desconsideravam a diversidade humana e as singularidades dos sujeitos (Leite, 2022).

Com o avanço das políticas públicas e dos marcos legais internacionais e nacionais, especialmente a partir da Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), da Declaração de Salamanca (1994) e da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (2007), novas perspectivas passaram a orientar a educação das pessoas com deficiência. Esses documentos impulsionaram a construção de um paradigma educacional inclusivo, fundamentado no reconhecimento da diversidade, na equidade e na justiça social.

No âmbito escolar, a inclusão de alunos com TDI requer mudanças significativas nas práticas pedagógicas, no currículo, na organização do ensino e na formação docente. Nesse sentido, a escola assume papel central não apenas na transmissão de conhecimentos formais, mas também no desenvolvimento social, cultural, emocional e cognitivo desses alunos, conforme apontam Silva e Klumpp (2020).

Entre as estratégias pedagógicas que se destacam no contexto da educação inclusiva, a ludicidade emerge como uma possibilidade potente de mediação do processo de ensino-aprendizagem. As atividades lúdicas favorecem a interação, a participação ativa e o desenvolvimento de múltiplas habilidades, contribuindo para uma aprendizagem mais significativa e inclusiva (Diniz et al., 2021).

Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo compreender como as práticas pedagógicas lúdicas voltadas aos alunos com TDI vêm sendo abordadas na produção científica nacional, por meio de uma pesquisa do tipo Estado da Questão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este estudo foi fundamentado na compreensão da deficiência intelectual a partir de uma perspectiva histórica e social, evidenciando a superação de concepções segregacionistas e a consolidação de paradigmas inclusivos. Historicamente, a deficiência intelectual foi compreendida sob uma ótica medicalizante e centrada no déficit, o que resultou em práticas de exclusão e segregação educacional (Pessotti, 1984; Mazzotta, 2011). A partir das últimas décadas do século XX, essa concepção passa a ser questionada, dando lugar a um entendimento que considera as barreiras sociais, culturais e pedagógicas como elementos determinantes no processo de exclusão escolar (Omote, 2004).

No âmbito das políticas educacionais, documentos internacionais desempenham papel fundamental na promoção da educação inclusiva. A Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) estabelece a educação como direito fundamental de todos. A Declaração de Salamanca (1994) defende que as escolas regulares devem acolher todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais ou emocionais. A Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (2007) reafirma o direito à educação inclusiva em igualdade de condições, orientando os sistemas educacionais para a adoção de práticas pedagógicas acessíveis e inclusivas.

A escola inclusiva é compreendida como espaço de desenvolvimento integral do aluno com Transtorno do Desenvolvimento Intelectual (TDI), promovendo não apenas a aprendizagem dos conteúdos escolares, mas também o desenvolvimento social, cultural e emocional. Para Mantoan (2003), a inclusão escolar pressupõe a reorganização das práticas pedagógicas, de modo a valorizar as diferenças e garantir a participação efetiva de todos os estudantes no processo educativo.

A Teoria Histórico-Cultural contribui de forma significativa para a compreensão do processo de aprendizagem de alunos com deficiência intelectual ao enfatizar o papel das interações sociais e da mediação pedagógica no desenvolvimento humano. Segundo Vygotsky (2022), o desenvolvimento das funções psicológicas superiores ocorre por meio das relações sociais, e a deficiência não deve ser compreendida apenas como limitação biológica, mas como uma condição que pode ser compensada por meio de intervenções pedagógicas intencionais. A aprendizagem, nesse sentido, antecede o desenvolvimento e amplia as possibilidades do sujeito, especialmente quando considerada a Zona de Desenvolvimento Proximal.

Outro eixo teórico deste estudo referimos à ludicidade como estratégia pedagógica no contexto da educação inclusiva. De acordo com Kishimoto (2011), o jogo, o brinquedo e a brincadeira constituem importantes recursos pedagógicos, pois favorecem o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos alunos, ao possibilitarem a construção do conhecimento por meio da interação, da

imaginação e do respeito às regras. No contexto da educação especial, a ludicidade contribui para o engajamento e a participação ativa dos alunos com deficiência intelectual nas atividades propostas.

As práticas pedagógicas lúdicas, quando planejadas com intencionalidade educativa, contribuem para o desenvolvimento das habilidades cognitivas, motoras e socioemocionais dos alunos com deficiência intelectual. Conforme destaca Kishimoto (2011), o lúdico possibilita aprendizagens significativas, promovendo a socialização, a autonomia e o fortalecimento da autoestima, aspectos fundamentais para a efetivação da educação inclusiva na sala de aula comum.

3 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como um estudo do tipo Estado da Questão, cujo objetivo é mapear e analisar a produção científica sobre práticas pedagógicas lúdicas voltadas aos alunos com TDI no ensino regular, conforme conceituado por Therrien e Therrien (2004).

O levantamento bibliográfico foi realizado na base de periódicos Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), utilizando os descritores: “práticas pedagógicas”, “ludicidade”, Transtorno do Desenvolvimento Intelectual (TDI)” e “Deficiência Intelectual”.

Os critérios de inclusão aplicados foram: artigos científicos publicados de 2019 a 2024, disponibilizados em língua portuguesa, produção nacional, acesso aberto, revisado por pares, lidos na íntegra e referentes à Educação ou Educação Especial. Todos os artigos pesquisados estão relacionados com a prática pedagógica lúdica e ao ensino/aprendizagem de alunos com deficiência intelectual. Nos critérios de exclusão foram desconsiderados os artigos relacionados a área médica, sexualidade, trabalho e referentes ao ensino de jovens e adultos com deficiência intelectual.

A análise dos artigos selecionados ocorreu de acordo com as seguintes etapas: 1) escolha da bibliografia, que consiste em selecionar os artigos mais relevantes relacionados com o estudo do tema e refinando as buscas com base nos critérios de inclusão e exclusão; 2) leitura e familiarização com os materiais selecionados, realizando anotações importantes sobre os principais pontos relacionados ao tema da pesquisa; 3) refinamento dos materiais selecionados, priorizando aqueles que atendam os principais aspectos do assunto da pesquisa; 4) leitura detalhada de cada artigo, selecionando e interpretando os dados mais relevantes para a construção do Estado da Questão; e, 5) apresentação dos resultados, momento em que se destaca os principais pontos e conclusões do estudo.

Seguindo as etapas descritas, foram encontrados 15 artigos, entretanto, apenas nove estavam aptos para serem incluídos nos critérios estabelecidos. Mediante as análises, selecionamos nove artigos para apresentarmos de forma mais sistemática.

Quadro 1 – Artigos científicos da Capes selecionados

AUTOR/ANO	TÍTULO	OBJETIVO	DELINEAMENTO DO ESTUDO
Noronha, Silva e Shimazaki (2023)	A Teoria Histórico-Cultural e a educação de pessoas com Deficiência Intelectual.	Compreender os conceitos discutidos pela teoria Histórico-Cultural que fundamentam a educação de pessoas com TDI no contexto da escola inclusiva.	Pesquisa bibliográfica; análise de conteúdo/uso da ferramenta <i>Voyant Tools</i> .
Monteiro e Marchi (2023)	Reflexões sobre práticas pedagógicas inclusivas com estudantes com deficiência intelectual.	Propor reflexões sobre as práticas pedagógicas inclusivas realizadas com estudantes com deficiência intelectual.	Técnicas de etnografia (observação, elaboração do diário de bordo e entrevistas).
Santos <i>et al.</i> (2023)	A inclusão de alunos com deficiência intelectual no ensino regular.	Investigar sobre a deficiência intelectual e o trabalho que vem sendo realizado na Educação Infantil e Anos Iniciais.	Pesquisa qualitativa; bibliográfica.
Castro, Boueri e Ferreira (2023)	Deficiência intelectual: atualização, conceito, formação e práticas pedagógicas.	Apresentar a pesquisa realizada a partir da Formação Continuada intitulada “Deficiência intelectual: atualização do conceito, formação e práticas pedagógicas”.	A pesquisa foi composta por seis perguntas que foram respondidas por 66 profissionais atuantes na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae).
Nozi e Vitalino (2020)	O processo de inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual: desafios e possibilidades.	Identificar como tem ocorrido o processo de inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual.	Pesquisa bibliográfica.
Andreos (2019)	O processo de aprendizagem do aluno com deficiência intelectual.	Investigar o processo de ensino e aprendizagem de alunos com TDI.	Pesquisa qualitativa; observação; questionário semi-estruturado.
Leite (2022)	A deficiência intelectual: história e estigmatização imposta às pessoas ao longo do tempo.	Investigar e analisar sobre a estigmatização que as pessoas com TDI passaram durante longos períodos da história.	Pesquisa bibliográfica.
Silva e Elias (2022)	Inclusão de alunos com deficiência Intelectual: recursos e dificuldades da família e de professoras.	Verificar como está ocorrendo o processo de inclusão de alunos com deficiência intelectual.	Pesquisa qualitativa.
Diniz <i>et al.</i> (2021)	A importância da ludicidade no processo de inclusão de crianças com déficit intelectual.	Discutir e elucidar como os educadores concebem o lúdico na aprendizagem de alunos com TDI.	Pesquisa de reflexão teórica; bibliográfica; descritiva; exploratória.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2024).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os artigos científicos analisados e citados no Quadro 1 contribuíram para a elaboração teórica desta pesquisa, trazendo diferentes estudos que foram fundamentados na deficiência intelectual, práticas pedagógicas, ludicidade e inclusão.

Os trabalhos analisados mostraram em seus resultados diferentes discussões sobre o aluno com deficiência intelectual na sua realidade social e escolar, nas práticas pedagógicas lúdicas desenvolvidas pelos professores, na relação professor/aluno, no processo de ensino-aprendizagem e na relação escola/família. Ao analisarmos cada um desses trabalhos, é válido ressaltarmos a busca pela compreensão do seguinte questionamento: De que maneira os professores do Ensino

Fundamental Anos Iniciais/sala de recursos multifuncional (SRM)/tutores têm desenvolvido suas práticas pedagógicas lúdicas para o ensino-aprendizagem dos alunos com TDI?

A pesquisa realizada pelas autoras Noronha, Silva e Shimazaki (2023), *A Teoria Histórico-Cultural e a educação de pessoas com Deficiência Intelectual*, discute sobre as implicações e contribuições da Teoria Histórico-cultural na escolarização de estudantes com TDI, destacando os conceitos mais utilizados por Vigotski e Leontiev em algumas de suas obras, que foram selecionadas e analisadas durante a pesquisa bibliográfica das autoras. Os principais conceitos discutidos pelos teóricos são: aprendizagem e desenvolvimento de crianças com deficiência intelectual; interação social; compensação; desenvolvimento cultural; processos; funções psicológicas superiores e capacidade mental. Ao relacionar os alunos com TDI aos conceitos estabelecidos por Vigotski e Leontiev, podemos observar que os teóricos defendem uma escola inclusiva e trazem dentro de cada um dos conceitos citados contribuições para o desenvolvimento dos alunos com TDI e das suas práticas pedagógicas, ressaltando a importância da interação social e cultural para a evolução da aprendizagem e inclusão desses alunos.

As autoras Noronha, Silva e Shimazaki (2023) mostram ainda a importância da compreensão e a relação da Teoria Histórico-cultural para a aplicação de práticas pedagógicas que estimulem a interação, socialização e inclusão do aluno com TDI, pois este estudo possibilitou um novo olhar para as potencialidades desses alunos, não focando apenas nas limitações e na deficiência.

Nessa mesma perspectiva, na pesquisa *Reflexões sobre as práticas pedagógicas inclusivas com estudantes com deficiência intelectual*, as autoras Monteiro e Marchi (2023) propõem reflexões sobre as práticas pedagógicas inclusivas realizadas com estudantes com deficiência intelectual matriculados no Ensino Fundamental Anos Finais (6º e 8º ano) de uma escola da rede municipal de Florianópolis, em Santa Catarina. Os resultados da pesquisa mostraram que os alunos com deficiência intelectual estão usufruindo de seus direitos legais, mas eles ainda se deparam com desafios e dificuldades expressas por barreiras atitudinais (quando na relação existe uma pessoa desfavorável) e pedagógicas (métodos, técnicas e recursos), prejudicando o processo de inclusão desses alunos.

O contexto pesquisado pelas autoras Monteiro e Marchi (2023) mostra que as relações sociais e a prática pedagógica se tornam fortes aliados no processo da aprendizagem, e tanto a escola como os professores devem ter percepções para singularidade de cada aluno, pois cada um tem seu próprio tempo de evolução. Com isso, a heterogeneidade, as estratégias das práticas pedagógicas e as adaptações curriculares devem ser pensadas para evitar a exclusão e estigmatização dos alunos com TDI.

Os resultados desses estudos se mostram relacionados com os objetivos traçados desta pesquisa, pois pretendemos investigar como as práticas pedagógicas lúdicas são desenvolvidas para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos com TDI. Observamos que os autores das pesquisas já citadas convergem sobre a importância das práticas pedagógicas para a evolução da aprendizagem dos alunos com TDI. É válido ressaltar que as autoras Monteiro e Marchi (2023) destacam que existe o cumprimento dos direitos legais desses alunos, mas que ainda é necessário repensar sobre métodos, técnicas e recursos que estão sendo utilizados nas escolas.

No estudo *A inclusão de alunos com deficiência intelectual no ensino regular*, os autores Santos *et al.* (2023) destacam a importância da inclusão do aluno com TDI no ambiente escolar e consideram que as escolas devem refletir sobre as metodologias, estratégias, técnicas e adaptações curriculares, tendo como objetivo o desenvolvimento dos aspectos sociais, cognitivos, afetivos, culturais e emocionais dos alunos com TDI. Além disso, colocam a escola e o educador como fatores principais para a aprendizagem desses alunos e como responsáveis por conhecer os critérios que caracterizam o TDI e as práticas pedagógicas que estimulam a aprendizagem, a fim de favorecer a inclusão dos alunos.

Observamos nos estudos de Noronha, Silva e Shimazaki (2023) e Santos *et al.* (2023) que, ao compreendermos a Teoria Histórico-Cultural e o TDI, é possível desenvolver práticas pedagógicas que estimulem a aprendizagem e a interação dos alunos com TDI, possibilitando assim uma inclusão mais efetiva desses alunos na escola regular.

As autoras Castro, Boueri e Ferreira (2023) relatam os resultados da pesquisa sobre o desenvolvimento e a implementação de um curso de formação continuada chamado *Formação Continuada Deficiência Intelectual: Atualização do conceito, formação e práticas pedagógicas (FCDI)*. Participaram da pesquisa 69 (sessenta e nove) pessoas de diferentes regiões do Brasil, sendo 66 (sessenta e seis) profissionais da Apae e três acadêmicos do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Especial e Deficiência Intelectual (GEPEEDI). Ao final de cada unidade do curso foram feitas seis perguntas para os participantes sobre os conteúdos abordados. Destacamos os pontos investigados pelos autores que são relevantes para a análise desta pesquisa: 1) Processo político e histórico da Deficiência Intelectual; e, 2) Definição da Deficiência Intelectual.

As perguntas da permitiram respostas discursivas, com uma abordagem crítica sobre os conteúdos trabalhados e a sua aplicabilidade na prática. Foi solicitado aos participantes que refletissem e dessem suas opiniões sobre os pontos citados acima.

Mediante os resultados apresentados a partir das respostas levantadas, as citadas autoras revelam que: (1) no processo político e histórico da deficiência intelectual, os professores

consideraram que os principais marcos históricos, como leis, decretos, convenções e criação de instituições e associações, trouxeram mudanças para o atendimento da pessoa com TDI. Citaram também os estudos de Pinel, Itard, Séguin e Esquirol como contribuição para a elaboração de um novo conceito sobre a deficiência intelectual na área da saúde e da educação, trazendo considerações sobre a aprendizagem e o olhar integral do ser humano.

A respeito da (2) definição da deficiência intelectual, foi perguntado sobre o conceito de TDI estabelecida pela AAIDD, a qual a define como limitações no funcionamento intelectual do sujeito originadas no período do seu desenvolvimento até antes de completar 18 anos. Apesar dessa definição, a AAIDD reconhece que cada sociedade pode definir o período do desenvolvimento de forma diferente, pois cada uma apresenta suas normas culturais e sociais. Ao questionar os professores sobre definir a TDI antes dos 18 anos, de acordo com a realidade no qual vivenciam, apenas 34 (trinta e quatro) responderam à pergunta. Destes, dezenove concordaram, nove discordaram, três disseram que está razoavelmente adequada e três não opinaram objetivamente. Um dos professores que concordou, fez a seguinte afirmação: *“Entendo a necessidade de parâmetro e critérios para a avaliação, mas, da mesma forma, considero arriscada esta rigorosidade, visto que devemos ter uma visão global do ser humano, com todas suas particularidades e vivências individuais”*.

Castro, Boueri e Ferreira (2023) constataram então que a formação continuada contribui para que os professores reflitam sobre o processo de inclusão dos alunos com TDI na escola regular, além de compreenderem a importância do conhecimento teórico sobre a deficiência intelectual e relacionarem com as suas estratégias práticas utilizadas para a aprendizagem dos alunos.

As conclusões realizadas nos estudos de Santos *et al.* (2023) e de Castro, Boueri e Ferreira (2023) mostram que os professores ao adquirirem conhecimento sobre o transtorno do desenvolvimento intelectual poderão desenvolver práticas pedagógicas mais eficazes para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos com TDI na escola regular.

Na pesquisa *O processo de inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual: desafios e possibilidades*, Nozi e Vitalino (2020) trazem como objetivo identificar como tem ocorrido o processo de inclusão escolar dos alunos com deficiência intelectual. Nesse estudo bibliográfico, as autoras destacaram 4 temas: 1) práticas pedagógicas, 2) Atendimento Educacional Especializado (AEE), 3) Pesquisas colaborativas no contexto sala de aula comum e AEE e 4) uso de recursos tecnológicos. Dentre esses temas, destacamos para esta pesquisa o tema 1, que aborda as práticas pedagógicas junto aos alunos com TDI. Conforme as análises levantadas pelas pesquisadoras, foi possível compreender que o processo de aprendizagem dos alunos com TDI deve ser planejado de forma semelhante ao ensino oferecido aos demais estudantes. Em vez de um currículo separado, é essencial garantir

atenção especial às suas necessidades, disponibilizar recursos didáticos adequados e incentivar sua participação ativa nas atividades propostas.

A pesquisa apresentada por Nozi e Vitalino (2020) dialoga com os resultados encontrados por Monteiro e Marchi (2023), tendo em vista que ressaltam em seus estudos que os recursos didáticos devem ser adequados, de acordo com as especificidades e necessidades do aluno com TDI. Recursos esses que devem incentivar a sua motivação, aprendizagem e inclusão na escola regular.

Por sua vez, Andreos (2019) desenvolveu um estudo com o objetivo de investigar o processo de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual em uma escola da Rede Municipal de Ensino da cidade de Sinop (MT). O pesquisador entrevistou a professora da sala regular e o diretor da instituição. Cada um deles relatou as práticas desenvolvidas para trabalhar a aprendizagem e inclusão do aluno com TDI.

A professora da sala regular citou como pontos positivos sobre as suas práticas o respeito com as particularidades de cada aluno e a utilização de técnicas pedagógicas lúdicas que favoreçam a aprendizagem e interação do aluno com TDI, destacando também a cooperação da família. Como pontos negativos da escola, relatou que a superlotação das salas de aulas, a falta de recursos didáticos e de espaço para recreação e a ausência de recursos tecnológicos.

Na entrevista com o diretor, foi ressaltado que a escola busca trabalhar a inclusão do aluno com TDI, tendo o intuito de promover um ensino significativo. Ele destacou ainda que a professora da sala regular e da sala do AEE trabalham em conjunto contribuindo para a aprendizagem do aluno e informou que as ações elaboradas no Projeto Político Pedagógico (PPP) visam promover a inclusão de todos os alunos com deficiência na escola.

Leite (2022), em sua pesquisa intitulada *A deficiência intelectual: história e estigmatização imposta às pessoas ao longo do tempo*, descreve como objetivo de investigação a análise da estigmatização que as pessoas com deficiência intelectual passaram durante longos períodos da história. Nos estudos bibliográficos esquadrinhados pelo autor, observamos que foi analisada toda a evolução histórica da deficiência intelectual na sociedade, na qual foi feita a relação dos períodos históricos com os tipos de preconceitos e estigmas sofridos pelas pessoas com TDI.

Leite (2022) concluiu que, através das leis, decretos, mudanças de hábitos e a efetivação de políticas públicas, as pessoas com deficiência intelectual estão demonstrando o seu potencial e garantindo mais espaços, visto que durante anos foram extintos socialmente, devido ao preconceito e à falta de conhecimento da sociedade.

A pesquisa realizada por Leite (2022) traz dados que corroboram com o que foi relatado por Castro, Boueri e Ferreira (2023), pois observamos em ambas as pesquisas que a elaboração de leis,

decretos, convenções e políticas públicas causaram mudanças na maneira de interpretar socialmente a pessoa com deficiência intelectual. Essas mudanças favoreceram a participação do aluno com TDI nas escolas e os direitos legais permitiram a sua inclusão social e escolar.

Esses aspectos relacionam-se com os descritores desta pesquisa (“Transtorno do Desenvolvimento Intelectual”, “deficiência intelectual”, “prática pedagógica” e “ludicidade”), tendo em vista que para compreendermos o desenvolvimento das práticas pedagógicas lúdicas dos professores nas escolas regulares é necessária a presença do aluno com TDI, e a elaboração de leis e decretos foram fundamentais para permitirem o seu acesso no ambiente escolar. Na pesquisa de Andreos (2019), percebemos que as práticas pedagógicas dos professores respeitam a particularidade de cada aluno e buscam atender as suas especificidades. Essa atitude é um reflexo das mudanças nas estruturas curriculares, que são determinadas por leis e decretos e que por sua vez asseguram a inclusão desses alunos.

Na pesquisa *Inclusão de alunos com deficiência intelectual: recursos e dificuldades da família e de professoras*, Silva e Elias (2022) verificam como está ocorrendo o processo de inclusão dos alunos com deficiência intelectual, na perspectiva dos responsáveis (família) e dos professores de catorze escolas regulares da rede pública de uma cidade do interior de Minas Gerais (MG). Foram entrevistados 42 responsáveis de crianças com TDI e 34 professoras de alunos com TDI. Para análise desta pesquisa, vamos trazer os resultados das entrevistas realizadas com as professoras, que envolveram cinco aspectos: 1) entendimento sobre o processo de inclusão; 2) relação família-escola; 3) dificuldades no processo de inclusão; 4) práticas das professoras dentro da sala de aula; e, 5) dificuldade de aprendizagem.

Sobre (1) o entendimento do processo de inclusão, as professoras compreenderam que o incluir está além de apenas inserir o aluno com TDI na sala regular, sendo necessário que seja feito algo a mais para esses alunos e demonstraram conhecimento teórico do que é a inclusão educacional. A respeito da (2) relação família-escola, os relatos se dividem entre famílias que são presentes na participação do aluno com TDI e famílias que são ausentes e não conseguem dar apoio aos seus filhos com TDI. A presença e ausência da família na vida escolar do aluno com TDI vai afetar o seu desenvolvimento cognitivo e sua aprendizagem. Quanto (3) às dificuldades do processo de inclusão as professoras elencaram as suas principais dificuldades: elas não conseguem dar atenção igualmente para os alunos com TDI e para o restante da turma; não conseguem conciliar atividades mais individualizadas; falta professores de apoio; falta apoio estrutural pela escola. Em relação (4) às práticas das professoras em sala de aula, constatarem a utilização de atividades em duplas ou em grupo e atividades específicas e adaptadas, conforme a necessidade do aluno com TDI. Sobre (5) as

dificuldades de aprendizagem do aluno com TDI, relataram que esses alunos apresentam maiores dificuldades na leitura, escrita e em matemática.

Após a análise dos resultados, as autoras Silva e Elias (2022) concluem que é necessário um trabalho integrado nas escolas entre professores, gestores e família. Destacam ainda a importância da articulação de leis e políticas públicas para amparar e subsidiar com eficiência o processo de inclusão dos alunos com TDI nas escolas regulares.

Diante dos resultados apresentados por Andreos (2019) e por Silva e Elias (2022), constatamos que os professores da escola regular reconhecem a importância da implementação de leis e decretos para a inclusão do aluno com TDI, mesmo sendo de estados distintos (MT/MG). Concordaram também que as atividades pedagógicas devem ser adaptadas e específicas conforme a necessidade de cada aluno e destacaram a importância de a família estar presente na escola para a evolução da aprendizagem desses alunos.

Sobre o lúdico, os autores Diniz *et al.* (2021) buscaram compreender como a ludicidade pode favorecer o processo de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência intelectual. Após a análise dos resultados, os autores concluíram que o processo de inclusão escolar, apoiado na mudança pragmática da prática ensino/aprendizagem por meio da ludicidade, é uma das possibilidades para melhorar o processo de inclusão e da aprendizagem dos alunos com TDI e o professor tem um papel fundamental para o desenvolvimento da prática lúdica.

A partir da pesquisa de Diniz *et al.* (2021), podemos fazer uma associação com um dos objetivos traçados nesta pesquisa, no qual pretendemos verificar os conhecimentos dos professores sobre as práticas pedagógicas lúdicas voltadas para o ensino-aprendizagem do aluno com TDI na escola regular. Em relação a isso, Diniz *et al.* (2021) constataram que a ludicidade é uma prática pedagógica que vai influenciar de maneira positiva o processo de ensino-aprendizagem dos alunos com TDI.

Em aspectos gerais, as pesquisas apontam um olhar para o processo de ensino-aprendizagem e inclusão do aluno com TDI nas escolas regulares, mostram a realidade escolar que eles vivenciam e o reflexo das práticas pedagógicas realizadas com esses alunos. Como pontos essenciais, destacamos: 1) as pesquisas que abordaram sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores, mostraram-se relevantes para o ensino-aprendizagem do aluno com TDI, apesar de os professores encontrarem muitas dificuldades e barreiras nas escolas, buscaram estratégias para superar os desafios encontrados; 2) observamos a participação e inclusão do aluno com TDI na escola regular; e, 3) no processo de busca dos estudos que investigam sobre deficiência intelectual e práticas pedagógicas lúdicas com o aluno com TDI, foi possível verificar poucas investigações sobre o tema.

5 CONCLUSÃO

A análise dos artigos selecionados, conforme apresentado no quadro 1, permitiu mapear a produção científica nacional acerca das práticas pedagógicas inclusivas voltadas aos alunos com Transtorno do Desenvolvimento Intelectual (TDI), com ênfase na ludicidade, no período de 2019 a 2024. Observa-se que, dos 15 artigos inicialmente identificados, apenas nove atenderam aos critérios de inclusão estabelecidos, o que evidencia a ainda limitada produção científica sobre a temática, especialmente no que se refere às práticas pedagógicas lúdicas no contexto do ensino regular.

No que concerne à distribuição temporal das publicações, verificamos maior concentração de estudos no ano de 2023, com quatro artigos, o que indica um crescimento recente do interesse acadêmico pela inclusão de alunos com deficiência intelectual e pelas práticas pedagógicas desenvolvidas nesse contexto. Contudo, a ausência de publicações no ano de 2024 até o momento da coleta reforça a necessidade de ampliação e continuidade das investigações na área.

Em relação aos objetivos dos estudos analisados, há convergência quanto à preocupação em compreender o processo de inclusão escolar dos alunos com deficiência intelectual, bem como em refletir sobre as práticas pedagógicas adotadas pelos professores no ensino regular. Pesquisas como as de Noronha, Silva e Shimazaki (2023) e Santos et al. (2023) destacam a importância dos fundamentos teóricos, especialmente da Teoria Histórico-Cultural, para subsidiar práticas pedagógicas que promovam a aprendizagem e a interação social dos alunos com TDI, enfatizando que o desenvolvimento ocorre por meio das relações sociais e culturais.

Os estudos de Monteiro e Marchi (2023) e Nozi e Vitalino (2020) evidenciam que, embora haja avanços legais e normativos no campo da educação inclusiva, persistem desafios relacionados às barreiras pedagógicas e atitudinais, tais como a inadequação de métodos, técnicas e recursos didáticos, além da fragilidade na formação docente. Esses fatores impactam diretamente a efetivação de práticas pedagógicas inclusivas e comprometem o processo de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual.

No que se refere à formação de professores, a pesquisa de Castro, Boueri e Ferreira (2023) aponta que a formação continuada constitui um elemento fundamental para a ressignificação das práticas pedagógicas, permitindo aos docentes refletirem sobre os conceitos de deficiência intelectual e sobre estratégias de ensino mais adequadas às especificidades dos alunos com TDI. Os resultados desse estudo indicam que o aprofundamento teórico contribui para práticas pedagógicas mais conscientes e alinhadas aos princípios da educação inclusiva.

A análise dos estudos também evidencia a relevância da ludicidade como estratégia pedagógica no processo de inclusão. Diniz et al. (2021) ressaltam que as práticas lúdicas favorecem

a participação ativa dos alunos com deficiência intelectual, promovendo avanços cognitivos, sociais e emocionais. A ludicidade, nesse sentido, configura-se como um recurso capaz de romper com práticas tradicionais e homogêneas, possibilitando experiências de aprendizagem mais significativas e inclusivas.

As pesquisas, como as de Andreos (2019) e Silva e Elias (2022) destacam a importância da articulação entre escola e família no processo de inclusão escolar. Os resultados apontam que o envolvimento da família contribui de maneira significativa para o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos com TDI, enquanto sua ausência pode intensificar dificuldades no processo educativo. Tais achados reforçam a compreensão de que a inclusão escolar ultrapassa os limites da sala de aula, demandando ações integradas entre os diferentes atores sociais.

De modo geral, os resultados dos estudos analisados indicam que as práticas pedagógicas inclusivas, especialmente aquelas fundamentadas na ludicidade, apresentam potencial para favorecer o ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual. Entretanto, também revelam lacunas importantes, como a escassez de pesquisas empíricas, a necessidade de fortalecimento da formação docente e a ampliação de estratégias pedagógicas sistematizadas que considerem a heterogeneidade dos estudantes.

Assim, a integração dos achados evidencia que, embora existam avanços conceituais e legais no campo da educação inclusiva, ainda se faz necessário ampliar as investigações e consolidar práticas pedagógicas lúdicas que promovam, de forma efetiva, a inclusão e o desenvolvimento integral dos alunos com TDI no ensino regular.

REFERÊNCIAS

- ANDREOS, F. S. O processo de aprendizagem do aluno com deficiência intelectual. Revista Eventos Pedagógicos, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 270-280, jun./jul., 2019. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/rep/article/view/10179>. Acesso em: 17 ago. 2024.
- CASTRO, F. S.; BOUERI, Z. I.; FERREIRA, D. A. K. Deficiência intelectual: atualização do conceito, formação e práticas pedagógicas. Revista INFAD de Psicologia, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 231-240, 2023. Disponível em: <https://revista.infad.eu/index.php/IJODAEP/article/view/2512>. Acesso em: 25 jul. 2024.
- DINIZ, G.J. R. et al. A importância da ludicidade no processo de inclusão da criança com déficit intelectual. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 7, n. 9, p. 93358-93372, set. 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/36541>. Acesso em: 16 set. 2024.
- KISHIMOTO, T. M. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 14ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- LEITE, M. M. F. A deficiência intelectual: história e estigmatização imposta as pessoas ao longo dos anos. Revista Ibero-Americana de humanidades, ciências e Educação, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 748-760, jan., 2022. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/3866>. Acesso em: 16 set. 2024.
- MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.
- MAZZOTTA, M. J. da S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MONTEIRO, J. L.; MARCHI, R. C. Reflexões sobre práticas pedagógicas inclusivas com estudantes com deficiência intelectual. Revista Educação Especial, [S. l.], v. 36, n. 1, p. 1-26, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/69440>. Acesso em: 17 nov. 2023.
- NORONHA, A. M.; SILVA, S. C. R.; SHIMAZAKI, E. M. A teoria histórico-cultural e a educação de pessoas com deficiência intelectual. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara (SP), v. 18, n. 00, 2023. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17611/16653>. Acesso em: 15 jun. 2024.
- NOZI, G. S.; VITALINO, C. R. O processo de inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual: desafios e possibilidades. Revista Expressão Católica, [S. l.], v. 9, n. 1, jan./jul. 2020. Disponível em: https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/CATOLICA_0d9205f47f48831ea8051441c6440585. Acesso em: 15 nov. 2023.
- OMOTE, S. Deficiência e inclusão escolar. São Paulo: Cortez, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, 2007. Disponível em:
<https://www.mds.gov.br/webarquivos/Oficina%20PCF/JUSTI%C3%87A%20E%20CIDADANIA/convencao-e-lbi-pdf>. Acesso em: 18 jul. 2023.

PESSOTTI, I. Deficiência mental: da superstição à ciência. São Paulo: EDUSP, 1984.

SANTOS, A. et al. A inclusão de alunos com deficiência intelectual no ensino regular. Revista Foco, Curitiba (PR), v. 16, n. 12, p. 01-19, 2023. Disponível em:
<https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/3559>. Acesso em: 25 jun. 2024.

SILVA, C. R. B.; KLUMPP, C. F. B. A importância da relação família-escola na educação inclusiva de aluno com deficiência intelectual. Brazilian Journal of health review, Curitiba, v. 3, n. 3, p. 4611-4629, maio/jun., 2020. Disponível em:
<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/10106>. Acesso em: 16 set. 2024.

SILVA, E. F.; ELIAS, L. C. dos S. Inclusão de alunos com Deficiência Intelectual: Recursos e dificuldades da família e de professores. Educação Revista, Belo Horizonte, v. 38, 10 de setembro de 2022. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/edur/a/WYpDcmkRfD86Ftvwj9mgTFd/abstract/?lang=pt> Acesso em: 03 set. 2025.

THERRIEN, S. M. N.; THERRIEN, J. Trabalho científico e o Estado da Questão: reflexões teóricos-metodológicos. Estudo em avaliação educacional, [S. l.], v. 15, n. 30, jun./dez., 2004. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/2148>. Acesso em: 16 set. 2024.

UNESCO. Declaração de Salamanca: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca – Espanha, 1994.

UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, Tailândia, 5–9 mar. 1990. Paris: UNESCO, 1990.

VIGOTSKI, L. S. Obras completas – Tomo Cinco: Fundamentos da defectologia. Cascavel: EDUNIOESTE, 2022.